

LINGUAGEM E PERSUAÇÃO: A REFERENCIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA DE CONSELHOS RELIGIOSOS

Guilherme de Oliveira Barbosa
Pedro Henrique de Oliveira Simões¹
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Discutimos neste trabalho a construção argumentativa do gênero textual *conselho religioso* por meio de atividades referenciais. Para isso, tomamos como corpus de análise conselhos religiosos elaborados pelo pastor R. R. Soares e publicados no jornal Show da Fé. Estudos em referenciação, realizados sob o ponto de vista sociocognitivo, norteiam as análises, bem como trabalhos em gêneros textuais, pois entendemos os gêneros como formas de controle social que organizam as atividades humanas de linguagem e que orientam a construção de sentido (MARCUSCHI, 2004). Com este trabalho, identificamos o modo como a atividade da referenciação contribui com a construção argumentativa dos conselhos religiosos e entendemos como a ação desse gênero textual na sociedade pode orientar a construção de sentidos moldados pelo ponto de vista ideológico da religião.

Palavras-chave: referenciação; argumentação; gêneros textuais; conselho religioso.

Abstract: In this work we will discuss the argumentative construction of the textual genre *religious advice* by means of referential activities. Our corpus is composed of the religious advice elaborated by the missionary R. R. Soares and published in the newspaper Show da Fé. Referencing studies from the social cognitive point of view orient the analysis as well as works on textual genres, for we understand genres as forms of social control that organize human activities

1. Graduandos em Letras – Licenciatura em Português – pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trabalho orientado pela Prof.^a Dr.^a Virginia Leal.

of language and conduct sense construction (MARCUSCHI, 2004). We identify the way referencing contributes to the argumentative construction of religious advice and understand how the action of this textual genre in society might guide the sense construction shaped by the ideological point of view of the religion.

Keywords: referencing; argumentation; textual genres; religious advices.

1. Introdução

Apresentamos neste artigo um estudo sobre a construção do caráter argumentativo do gênero textual *conselho religioso* a partir do processo discursivo de referenciação. Para isso, tomamos como dados de análise conselhos religiosos (doravante conselhos) construídos pelo pastor e líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, Romildo Ribeiro Soares, mais conhecido como R. R. Soares, e publicados no caderno *Palavra Amiga* do jornal Show da Fé². Esses conselhos aparecem como respostas a questionamentos realizados pelos leitores, cuja maioria é constituída por fiéis de tal igreja. Por ocupar o papel social de pastor e líder da igreja, pressupomos que Soares surja, entre seus leitores e fiéis, como aquele que possui o conhecimento da verdade, já que é visto como o agente transmissor e detentor do que vem a ser a palavra de Deus.

O estudo da construção argumentativa desses conselhos nos possibilita compreender os artifícios linguísticos dos quais tal pastor lança mão para convencer seu leitor e agir sobre ele, já que para agirmos sobre o outro precisamos dotar nossos enunciados de força argumentativa (KOCH, [1993] 2010). E, com isso, compreender também a ação que este gênero textual desempenha no meio social; na atividade retórica de orientação de sentido e persuasão. Este estudo nos parece relevante por surgir em meio a uma época em que, por vezes, a religião assume papel principal no que

2. O jornal Show da Fé foi tomado para análise pelo fato de possuir circulação nacional, com tiragem mensal de um milhão e cem mil cópias, ao preço de um real.

concerne a questões sociopolíticas no Brasil; além de estarmos lidando com um gênero marcadamente persuasivo, cuja organização interacionista se dá a partir da constituição de dois sujeitos postos em relação hierárquica, os quais chamaremos *sujeito-questionador*, que busca a resposta/verdade e *sujeito-aconselhador*, que tem a autoridade de dar a resposta; que assume papel central no tocante ao saber e à detenção da verdade.

Dentre os diferentes aspectos linguístico-discursivos que configuram as marcas argumentativas dos conselhos, e que poderiam ser explorados nas análises, iremos nos deter na atividade da referenciação, tendo-a como um processo discursivo e sociocognitivo, tal como discutem Koch e Marcuschi (1998), na linha proposta por Mondada e Dubois (1995), tendo em vista que as atividades de referenciação contribuem com a progressão do tópico discursivo e com a manutenção do caráter argumentativo do texto. Através da inserção dos chamados *objetos de discurso*, de suas retomadas, categorizações, recategorizações, o tema do texto vai sendo delineado; os *propósitos comunicativos* do autor e o seu *ponto de vista*, com seus argumentos, com suas tomadas de posição, seus posicionamentos ideológicos, vão sendo construídos.

Entendendo as ações referenciais na constituição das faces argumentativas dos conselhos, temos condições de caminhar para a compreensão de como esse gênero textual se organiza funcionalmente e age na sociedade, orientando sentido e se fazendo fato social. Desse modo, é preciso observar os gêneros para além de um olhar formal, ou seja, entendê-los como *formas de ação social* – tal como amplamente discutem Miller ([1984] 2009, [1994] 2009) e Bazerman (2006, 2009) em seus Estudos Retóricos de Gêneros –, que nos orientam na produção de sentido e que possibilitam, conforme Marcuschi (2004), o exercício do controle social e da instituição do poder. Compreender os gêneros como formas de ação social rompe com a perspectiva formal/estrutural de gêneros, que os toma como objetos estanques e estruturados na sociedade. Romper

com esta perspectiva formal é fundamental para compreender as ações que os gêneros desempenham, dando espaço para o aspecto social dos gêneros; para suas funções.

Para que nós possamos alcançar os objetivos aqui delineados, é preciso compreender, antes de tudo, que a língua não se esgota no código, na imanência do sistema linguístico, ou seja, que a língua não se trata apenas de um sistema abstrato de signos, ou formas linguísticas, mas sim, que a língua tem sua realidade fundamental no fenômeno da *interação verbal* (BAKHTIN; VOLOSHINOV, [1929] 2006). E que é pela língua, nas práticas interacionistas, que dotamos nossos enunciados de força argumentativa ao quisermos agir sobre o outro; persuadi-lo e convence-lo (KOCH, 2010). Assim sendo, entendemos que a argumentação está na própria língua (DUCROT apud KOCH, 2010), que tem, em sua gramática, mecanismos que nos possibilitam construir argumentos e persuadir nossos interlocutores. É importante frisar, neste rumo, que essas ações sobre os outros são organizadas, pela linguagem, em forma de gêneros textuais, tal como discutiremos no tópico que segue.

2. Gêneros textuais: organizando ações, orientando sentidos

Ao desenvolver a teoria da estruturação da sociedade, Giddens ([1984] 2009) compreendeu que as ações humanas são responsáveis pela reprodução da estrutura social; que as instituições sociais, as coletividades, os grupos não se configuram à parte das ações humanas, ao mesmo tempo em que elas também não são isoladas da estrutura social. Ou seja, para a teoria da estruturação, na constituição da sociedade, o que está em jogo não é “a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo.” (GIDDENS, 2009, p. 2). Assim, não se pensa a sociedade a partir de uma relação dicotômica existente entre o sujeito e a estrutura,

estabelecendo “imperialismos” distintos, tal como afirma o teórico ao se referir ao imperialismo do sujeito nas sociologias interpretativas e ao imperialismo da instituição no estruturalismo/funcionalismo social.

Miller ([1994] 2009), seguindo a linha proposta por Giddens (1981), afirma que a “‘estruturação’ descreve nossa experiência de que as relações sociais são estruturadas no tempo e no espaço” (p. 50). Nesse sentido, a estruturação seria a forma como se organizam as relações existentes entre sujeito e instituições no tempo e no espaço, ainda que essa estruturação seja de caráter virtual: “embora a estrutura tenha apenas uma existência virtual fora do espaço-tempo, mesmo assim tem que ser realizada no espaço-tempo” (p. 51). Seguindo este rumo, Miller discute a importância do conceito de “reprodução da estrutura” proposto por Giddens, segundo o qual as ações dos sujeitos em sociedade reproduzem a estrutura social das coletividades, sendo assim possível estabelecer, para a autora, uma conexão entre o conceito de *reprodução* e o conceito de *recorrência* configurado pelos estudos da Retórica, pensando que a noção de reprodução acrescenta a ação dos participantes no processo de constituição da estrutura social:

O que a noção de reprodução acrescenta é a ação dos participantes; atores sociais *criam* recorrência em suas ações ao reproduzir os aspectos estruturais das instituições, ao usar estruturas disponíveis como meio para sua ação e, desse modo, produzir essas estruturas de novo como resultados virtuais, disponíveis para futura memória, interpretação e uso (MILLER, [1994] 2009, p. 51-52, grifo da autora).

Desse modo, podemos encarar o gênero como um “*constituente* específico e importante da sociedade, um aspecto principal de sua estrutura comunicativa, uma das estruturas de poder que as instituições exercem” (MILLER, 2009, p. 52, grifo da autora), já que as ações humanas no mundo, que agem na reprodução da estrutura social, são ações

organizadas em forma de gêneros. Por isso a necessidade de entendê-los como formas *recorrentes* de ação social, em que a recorrência se dá por meio de situações análogas e similares nas quais os gêneros aparecem, tal como foi discutido em Miller (1984) e rediscutido em Miller (1994), agora estabelecendo a conexão existente entre a *recorrência* dos estudos retóricos e a *reprodução* dos estudos da estruturação. Assim sendo, temos condições de compreender que os gêneros, usados em diversas situações *recorrentes*, tecem a *reprodução* da estrutura, estabelecendo tipificações sociais e se fazendo reconhecíveis na sociedade.

Os gêneros, neste sentido, cumprem com funções sociais, de modo que agem sobre os sujeitos ao mesmo tempo em que são por eles configurados nas diferentes situações de uso. A recorrência dessas situações de uso da linguagem emerge como tipos, garantindo aos gêneros uma tipificação, com a qual eles se tornam reconhecíveis na sociedade. A tipificação, diferente da noção de estrutura por vezes³ designada aos gêneros, não é rígida; tem caráter “relativamente estável”, para usar as palavras de Bakhtin (1997) em seu estudo acerca dos gêneros do discurso. Isso mostra que o que faz com que um gênero seja reconhecido e usado, são as ações e funções resultantes de seus usos recorrentes, tipificados, e não de uma estrutura estanque e rígida: os gêneros não se estruturam na sociedade, mas se tipificam. Bazerman (2006), neste rumo, aponta os gêneros como ambientes que orientam nossos pensamentos, organizam nossas atividades; como formas de vida e *frames* para a realização das ações sociais:

3. Marcuschi (2011) ressalta que na tradição de estudos em gêneros muito se discutiu acerca da estrutura dos gêneros. Para o linguista, Bakhtin (1997) em sua discussão acerca dos gêneros do discurso, que aponta os gêneros como *tipos relativamente estáveis*, pareceu estar mais preocupado com o caráter de relatividade do que com o caráter de estabilidade dos gêneros, sendo que a tradição de estudos desta natureza, instituída após Bakhtin, pareceu não perceber essa preocupação e assim se debruçar sobre o caráter de estabilidade, fazendo dos gêneros elementos estruturados socialmente.

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São *frames* para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. (BAZERMAN, 2006, p. 23, grifos do autor).

Seguindo a linha proposta pelos Estudos Retóricos de Gêneros, Marcuschi (2002b, p. 19) ressalta que os gêneros são “entidades sócio-discursivas e formas de ação social”; são “elementos maleáveis, dinâmicos e plásticos” que possibilitam a organização dos elementos discursivos e cognitivos necessários para nossas inserções em situações diversas de uso. Elementos esses que, ainda conforme Marcuschi (2004, p. 8), possibilitam o exercício de poder e o controle social: “os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder”, tendo em mente que poder e controle instauram-se na linguagem, nas atividades discursivas, com as quais “as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (FAIRCLOUGH, [1992] 2008, p. 91).

Assim sendo, os gêneros são espaços nos quais relações de poder podem ser estabelecidas, já que é pela linguagem, na atividade discursiva, que nós persuadimos, manipulamos, convencemos o outro de nossas verdades e reproduzimos pensamentos, ações, valores de uma sociedade. É no e pelo discurso, aqui visto como *prática social*, que temos condições de construir o mundo e suas verdades, construir e reproduzir fatos sociais, pois antes de ser uma forma de representação do mundo, o discurso é uma forma de significação dele: “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 91).

As perspectivas de gênero como ação social e de discurso como prática social nos são importantes neste trabalho ao passo em que nos

proporcionam uma abordagem de natureza não meramente formal/estrutural de gênero e discurso. Dessa forma, não serão aqui exploradas, no decorrer das análises, apenas as características que compõem os aspectos formais dos conselhos, mas, sobretudo, o modo como a atividade de referência age na constituição de sua função social e discursiva: *aconselhar*. Desse modo, podemos entender como esse gênero se organiza enquanto ação dotada de *força argumentativa*; como ele orienta sentido agindo sobre o leitor e como se constitui enquanto fato social, na reprodução do pensamento religioso.

Para compreender a ação social do gênero em questão temos que entender também o fio dialógico existente entre ele e outros gêneros do domínio discursivo religioso, como mensagem religiosa, sermão, oração etc., que fazem parte do *conjunto de gêneros* (BAZERMAN, 2009) do pastor R. R. Soares, já que a relação intertextual que o conselho mantém com esses outros gêneros é fator de sua constituição enquanto forma de ação. Para Bazerman (2009, p. 32), o *conjunto de gêneros* compreende a “coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir”, sendo que estes textos mantêm faces intertextuais entre si; faces que agem na constituição de identidades temáticas e de propósitos comunicativos.

Estes gêneros textuais que fazem parte do conjunto de gêneros do pastor, e, assim sendo, que circulam no domínio discursivo religioso, são formas de ação que se constituem fundamentalmente como persuasivas, porque buscam levar aos sujeitos pensamentos atravessados ideologicamente pelo dogma religioso com o objetivo de fazê-los perceber tais pensamentos como verdades puras, absolutas, que não podem ser questionadas. Isso se dá pelo fato de ser a religião, como aponta Geertz (2008, p. 67), um sistema simbólico de construção de conceitos que age de modo a estabelecer disposições e motivações aparentemente realistas em seus fiéis, ou seja, um sistema que procura induzir aquele que crê a

um conjunto de disposições e motivações que se caracterizam, conforme o estudioso, por serem “poderosas, penetrantes e duradouras” e possuírem vestes de “fatalidade”, vestes de verdade. Na definição do próprio teórico, a religião consiste em um

sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 2008, p. 67).

Assim sendo, temos em vista que os conselhos escritos pelo pastor R. R. Soares são formas de ação constitutivamente persuasivas, já que se edificam dentro do sistema religioso, estabelecendo *disposições* e *motivações* em seus fieis a partir de discursos aparentemente realistas e supostamente detentores da verdade; além de possuírem, também, uma organização interacional hierárquica, como já afirmamos, em que temos a figura do questionador (sujeito-questionador) e daquele que possui a autoridade, o prestígio, de ser o detentor da resposta ou da verdade (sujeito-aconselhador), o que nos faz perceber esses conselhos como espaços bastante propícios para o exercício do poder e do controle social.

3. Referenciação, categorização e argumentação

A posição que assumimos neste trabalho com relação aos estudos da referência advém do âmbito da sociocognição e do discurso, ou seja, partimos do pressuposto de que a construção da referência resulta da ação discursiva da referenciação e não da etiquetagem dos referentes na proposição/discurso. A referenciação, neste sentido, consiste em uma atividade discursiva que é realizada sociocognitivamente pelo sujeito, em

suas práticas de linguagem no mundo, na concepção de *objetos de discurso*, e não de referentes alheios à linguagem, tal como amplamente discutem Koch e Marcuschi (1998), Koch (2002), Marcuschi (2002a) com âncora na linha teórica proposta por Mondada e Dubois (1995). A referenciação, para estes estudiosos, é constitutivamente discursiva, como aponta o trabalho de Apothéloz e Reicher-Béguelin (1995, p. 228):

De maneira geral, argumentaremos [...] em favor de uma concepção construtivista da referência [...]; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados 'objetos-de-discurso' não preexistem 'naturalmente' à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – desta atividade (apud KOCH, 2008, p. 101).

Como discutem os autores, para esta posição teórica, os *objetos de discurso* não preexistem naturalmente à atividade de linguagem, sendo essa atividade a responsável pela criação desses objetos na relação que o sujeito mantém com o mundo, pensando aqui um sujeito social imerso em uma dada cultura, constituído de valores, crenças, conhecimentos de mundo. Assim sendo, identificamos o rompimento desta perspectiva com a ideia de que as referências sejam entidades extralinguísticas, objetos do mundo, etiquetas presas à realidade, como discutiram os teóricos das semânticas lógico-filosóficas. O mundo comunicado, para a teoria da referenciação, antes de ser um constructo exterior às atividades de linguagem dos sujeitos, é resultado do modo como os sujeitos o veem e a ele se referem; como os sujeitos agem em relação ao outro e às coisas pela linguagem.

O problema da referência, assim sendo, sai de um ponto de vista lógico, cuja preocupação central estava voltada para a relação de verdade existente entre a proposição e o mundo, e alcança o ponto de vista discursivo, com o qual compreendemos o papel da linguagem na constituição

da relação existente entre o sujeito e o mundo; e com o qual passamos a compreender também que a verdade não é etiquetada na linguagem, mas nela instaurada. Ocorre, por isso, uma mudança quanto à terminologia teórica, que passa de *referência* para *referenciação* (KOCH, 2002). Para Marcuschi (2002a, 2007), a construção do mundo e da realidade se dá a partir dos trabalhos de linguagem que os sujeitos realizam sociocognitivamente. Isso mostra que o mundo comunicado não é fruto de uma “identificação de realidades discretas”, mas resulta das ações desempenhadas linguisticamente pelos sujeitos na sociedade:

O mundo comunicado é sempre fruto de uma ação cognitiva e não de uma identificação de realidades discretas apreendidas diretamente. O mundo é um contínuo de sensações e a realidade empírica não tem um contorno imediatamente apreensível. A forma de discretização do mundo na forma como o comunicamos é um trabalho sócio-cognitivo sistemático (MARCUSCHI, 2002a, p. 47).

Neste sentido, o autor ainda afirma:

Assim nem o mundo nem a linguagem tem uma estabilidade a priori e, se nenhum dos dois está previamente discretizado de modo definitivo, a estabilização e a discretização deve decorrer de um trabalho dos indivíduos que interagem linguisticamente (MARCUSCHI, 2007, p. 137).

A teoria da referenciação nos é importante neste trabalho na medida em que nos possibilita compreender como a linguagem, na criação, recriação; categorização, recategorização de objetos de discurso, atua na construção do fio argumentativo dos conselhos, nosso objeto de estudo, e, conseqüentemente, na concepção de verdades sociais e pontos de vista, moldados pela ideologia dogmática, que agem no processo de

orientação de sentido, abrindo espaço, assim, para a atividade de persuasão, manipulação, enfim, para ação do sujeito sobre o outro. A construção do fio argumentativo do discurso é atuante na ação persuasiva, pois para podermos agir sobre o outro, como aponta Koch (2010), dotamos nossos enunciados de força argumentativa. E a referenciação tem participação fundamental neste processo.

Percebendo a ação da referenciação e da categorização na constituição de verdades; na concepção do mundo comunicado, ideologicamente contornado pelo ponto de vista religioso, teremos condições de compreender a ação retórica do gênero, com a instauração de um fio de funções e propósitos comunicativos recorrentes, interligados a outras *formas de ação social* instauradas no domínio discursivo religioso, como a mensagem, o sermão, a oração etc., apontadas anteriormente como formas constitutivas do conjunto de gêneros do pastor R. R. Soares enquanto agente religioso. A construção do argumento, em um texto, com a qual o sujeito possa agir sobre o outro, ocorre por meio da categorização do objeto de discurso que, para Koch (2008), constitui-se como o processo de função argumentativa no discurso:

tanto a categorização como a recategorização de um objeto-de-discurso têm função argumentativa. Ao recategorizar um objeto já categorizado anteriormente, o locutor o apresenta sob novas luzes, enquadra-o em novas categorias, procurando chamar a atenção para novas qualidades/propriedades deste que considera necessário enfatizar para a realização de seu projeto de dizer (KOCH, 2008, p. 110).

Ou seja, é o processo de categorização que dá o ar de argumentação a um texto, que veste o discurso de avaliação e de tomada de posição, tendo em vista que tal processo se constrói a partir das escolhas lexicais necessárias para a realização do projeto de dizer dos sujeitos. A catego-

rização pode se dar a partir da introdução, associação, encapsulamento do objeto e é uma ação que dá espaço à prática de legitimação ou deslegitimação de grupos e atores sociais, tal como defende Falcone⁴ (2011). Isso mostra que antes de ser um fenômeno aprioristicamente construído, a legitimação é um processo instituído por meio de um continuum de práticas de categorização, instauradas sociocognitivamente no discurso. Em outras palavras:

Situar a legitimação no âmbito sociocognitivo e discursivo requer uma compreensão de *como* atores e grupos sociais agem na constituição desse fenômeno. Se é uma ação humana (individual e coletiva) estabelecer o (i)legítimo, tal ação se dá a partir de operações de naturezas sociais e cognitivas. *Entendemos que essas operações resultam em atividades de categorizações de atores e grupos sociais, tendo como sustentação os modelos mentais e as representações sociais construídas coletivamente sobre esses grupos e seus participantes* (FALCONE, 2011, p. 18, grifos nossos).

O trabalho de Falcone (2011) nos permite compreender o modo como as atividades de categorização social, a partir das ações humanas operadas social e cognitivamente, contribuem com o estabelecimento do que vem a ser legítimo ou ilegítimo entre os agentes de uma sociedade. Isso desvela o discurso de que determinadas ações, grupos, sujeitos são legítimos ou ilegítimos aprioristicamente, instituídos por um determinismo social que pode possibilitar o desenrolar de práticas de preconceito e discriminação. Os discursos têm poder de legitimar e deslegitimar a partir

4. Falcone (2011) se reporta, para realizar sua discussão acerca do fenômeno da categorização social na constituição do caráter de legitimação ou deslegitimação de grupos e atores sociais, aos trabalhos de estudiosos da categorização no campo da linguística cognitiva e da legitimação na análise crítica do discurso.

de um *continuum* de categorizações sociais que é estruturado ideologicamente; pela intenção de agir sobre o outro, o que nos leva a reforçar a falência da neutralidade discursiva⁵.

Com relação às formas possíveis de inserção de objetos de discurso em um texto e de suas retomadas e categorizações, Koch (2002) nos diz que a ativação do objeto de discurso pode se dar de duas maneiras: a ativação *não ancorada* e a ativação *ancorada*. Para a autora, o primeiro caso consiste na inserção de objetos completamente novos, que não foram anteriormente ativados, passando, assim, a estabelecer o que ela chama de “endereço cognitivo”, que permitirá a realização de retomadas, associações, categorizações: “A introdução será não-ancorada quando um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto, passando a ter um ‘endereço cognitivo’ na memória do interlocutor.” (KOCH, 2002, p. 33).

No tocante à segunda forma de ativação do referente no texto, Koch (2002) afirma que será uma ativação ancorada aquela que inserir um objeto também novo no discurso, mas que possui uma âncora cognitiva já estabelecida, seja por algum tipo de associação a elementos do co-texto ou do contexto sociocognitivo: “Tem-se uma ativação ‘ancorada’ sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo” (p. 33). São casos de ativação ancorada, para Koch (2002), as anáforas associativas e indiretas, que, por meio de *pronomes* ou *formas nominais*, criam novos objetos de discurso com base em informações dadas, operando encapsulamentos/sumarizações de segmentos textuais (KOCH, 2002, 2008).

5. Bakhtin e Voloshinov ([1929] 2006), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, já nos apontavam a natureza constitutivamente ideológica do signo, afirmando que toda ação simbólica, ou ação de linguagem, reflete e refrata a realidade ideologicamente: “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.” (p. 30).

É importante frisar, contudo, que as formas nominais, quando inseridos no texto, não têm apenas função de referir, em se tratando da superfície textual, mas, além disso, têm função de contribuir com a construção dos sentidos que o texto orienta, “indicando pontos de vista, assinalando *direções argumentativas*, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva” (KOCH, 2005, p. 106, grifo nosso). Ou seja, as formas nominais são multifuncionais e seu estudo nos permite entender a construção do argumento em textos diversos, levando em consideração que a argumentação está na própria língua, como defende Koch (2010) com base na Teoria da Argumentação na Língua do linguista Oswald Ducrot.

No tópico que segue, realizaremos as análises dos conselhos com base nos estudos da referenciação, observando a importância das inserções dos objetos de discurso, de suas retomadas por meio de pronomes ou formas nominais, de suas categorizações, para a construção do argumento; do fio argumentativo dos textos, sem perder de vista a função social deste gênero textual: o aconselhamento.

4. A referenciação na construção argumentativa do gênero *conselho religioso*

Iremos nos voltar agora para a análise do corpus, que consiste em dois conselhos religiosos publicados no caderno *Palavra Amiga* do jornal Show da Fé. O primeiro conselho (C1) encontra-se no número setenta e dois do jornal, referente ao mês de janeiro de 2012. Já o segundo (C2) foi publicado no número oitenta e dois do mesmo jornal, referente ao mês de novembro de 2012.

Para darmos início às análises, primeiramente, faz-se importante compreender, de modo muito básico, a configuração do gênero em questão. Se bem notarmos, como nos permite o conselho que segue – C1 –, o

gênero se organiza da seguinte maneira: a posição de um sujeito-enunciador que se apresenta como o questionador (doravante *sujeito-questionador*), que envia uma pergunta ao jornal com o objetivo de que essa seja atendida pelo pastor e publicada; a construção de um sujeito-enunciador que aconselha (doravante *sujeito-aconselhador*), que atende à pergunta daquele que realizou o questionamento, sendo esse segundo sujeito representado pelo pastor R. R. Soares. Isso mostra que o gênero em si já se configura de maneira que os enunciadores assumem posições hierarquicamente constituídas se comparadas umas às outras, como outrora afirmamos, em que o pastor ocupa uma figura de “autoridade” frente a seus leitores, como o possível detentor da verdade, das respostas que possam suprir os questionamentos que os leitores realizam. Observemos:

CI:

Qual é a atitude correta que a esposa deve ter se for ela quem supre as necessidades da casa, já que o esposo, sendo cristão e saudável, não contribui de maneira consistente e sólida?

R: O papel da esposa não depende do jeito do marido, mas daquilo que a Palavra preceitua para ela: ajudadora submissa, companheira, mestra do bem, boa dona de casa, boa mãe, amante do marido, honesta, proativa e, acima de tudo, sábia (Efésios 5.22-24; Tímo 2.3-5; Provérbios 14.1). Com todas essas qualidades, a mulher de Deus saberá santificar o marido e repreender todo o mal que atue nele, levando-o a agir como também ensina a Escritura quanto ao papel que lhe cabe como líder do lar.

No conselho acima, o sujeito-questionador realiza um questionamento acerca de como a mulher deve agir (quais atitudes deve tomar) com relação a um marido “cristão e saudável” que não “contribui de maneira consistente e sólida” com as necessidades da casa. O sujeito-aconselhador, em resposta, busca orientar a compreensão de que a mulher deve agir em

posição inferior à do marido em seu casamento. Isso pode ser notado logo no primeiro período do conselho, no qual o sujeito-aconselhador insere o objeto de discurso “O papel da esposa” e afirma que esse papel, independentemente do jeito do marido, deve ser cumprido de acordo com o que a “Palavra” preceitua para ela: “O papel da esposa não depende do jeito do marido, mas daquilo que a Palavra preceitua para ela”.

Para Koch (2008), sempre que construímos um texto, o primeiro passo que damos é a elaboração de um objeto de discurso, que se fixará na memória textual, de modo a criar um nódulo cognitivo passível de retomadas, remissões, categorizações etc. Ainda no primeiro período, o sujeito-aconselhador categoriza o objeto de discurso “O papel da esposa” com os seguintes pontos, os quais a mulher deve cumprir em seu “papel”: “ajudadora submissa, companheira, mestra do bem, boa dona de casa, boa mãe, amante do marido, honesta, proativa e, acima de tudo, sábia (Efésios 5.22-24; Tirato 2.3-5; Provérbios 14.1).”. A elaboração dessas atribuições que a mulher deve ter em seu casamento é endossada com a citação de livros bíblicos, como uma forma de dar legitimidade ao argumento; de mostrar que esses livros preconizam tais papéis para a mulher.

O pastor rotula estes papéis da mulher, logo em seguida, com a forma nominal “essas qualidades”, construindo, assim, o argumento de que esses papéis se tratam de qualidades e de que é com elas que a mulher saberá levar o seu marido a cumprir o papel que a ele é designado, que, neste caso, é categorizado pelo pastor como “líder do lar”, argumentando a favor da compreensão de que o homem deve assumir um papel central, de líder, acima ao papel da mulher no casamento. Assim sendo, o pastor finda levando o sujeito-questionador a compreender que, se o marido não cumpre com seu papel, não contribuindo de forma consistente com as necessidades da casa, a mulher é que irá, com as “qualidades” que lhe cabe enquanto esposa, “santificar o marido e repreender todo o mal que

atue nele”, direcionando para a esposa a responsabilidade de fazer com o que o marido cumpra com seu papel de “líder do lar”.

Diante disso, podemos perceber a importância da referenciação para a construção argumentativa do texto e, assim sendo, para a consolidação da ação do sujeito-aconselhador sobre o sujeito-questionador, tendo em vista também a posição que ambos assumem e a função social do gênero em questão. A função de aconselhar é uma função que nem todo sujeito assume, por nem todo sujeito ter respaldo e autoridade para isso. O papel social que R. R. Soares assume lhe concede este privilégio e isso mostra a importância da relação existente entre o *ator social* e o *gênero textual*, principalmente quando se trata de gêneros marcadamente persuasivos, tal como o conselho. O C2, que segue, nos permite perceber também a ação de autoridade do sujeito-aconselhador neste espaço discursivo e o modo como a referenciação age na construção do argumento, sempre com âncora no discurso bíblico, por vezes representado pelas palavras “Palavra”, “Escritura” etc.

C2:

Tenho um irmão homossexual que não respeita nossa casa, a ponto de trazer homens para dormir com ele. Devo ser radical e não aceitar tal comportamento?

R.: A irmã precisa tomar cuidado para não cair no laço do diabo. Ao expulsar seu irmão de casa, você vai colaborar para que ele saia revoltado com a intolerância dos evangélicos, o que irá endurecer ainda mais seu coração para a Palavra. Veja como a Bíblia diz que você deve agir: *E ao servo do senhor não convém contender, mas, sim, ser manso para com todos, ato para ensinar, sofredor; instruindo com mansidão os que resistem, a ver se, porventura, Deus lhes dará arrependimento para conhecerem a verdade e tornarem para despertar, desprendendo-se dos laços do diabo, em cuja verdade estão presos.* (2 Timóteo 2.24-26). Entretanto, você pode e deve dizer a ele que

não permite nenhuma prática pecaminosa na sua residência. O importante é nunca dar lugar à carne; portanto, com a autoridade que você tem em Cristo, use sua fé para, em Nome de Jesus, repreender toda ação maligna em sua casa e família, sempre intercedendo por cada pessoa, inclusive os amigos de seu irmão. Logo isso tudo irá mudar, porque o diabo não suporta a presença de quem é filho de Deus e conhece seus direitos. Nesse sentido, o Curso Fé pode ajudá-la muito. Ele está disponível no site Ongrace.

O sujeito-aconselhador, neste conselho, busca orientar o sujeito-questionador no modo como ele deve agir com relação a seu irmão homossexual. No início do texto, podemos identificar a inserção *não ancorada* do objeto de discurso “laço do diabo”, que, possivelmente, faz menção à situação retratada na pergunta. No segundo período, o pastor aponta sua preocupação com relação à possível revolta que o irmão venha a ter contra a igreja e os evangélicos, caso ele seja expulso de casa: “Ao expulsar seu irmão de casa, você vai colaborar para que ele saia revoltado com a intolerância dos evangélicos, o que irá endurecer ainda mais seu coração para a Palavra.”. Neste trecho, identificamos a ação anafórica do pronome “ele” e da forma nominal “seu coração” para a progressão do tópico discursivo e, conseqüentemente, para a manutenção do argumento.

Além disso, identificamos também a inserção do objeto de discurso “Palavra”, tal como ocorreu no CI, com a qual o autor busca mostrar que o fato de se revoltar contra a igreja levará o irmão homossexual do sujeito-questionador a endurecer seu coração contra a bíblia. Isso pode ser visto como uma estratégia de orientar o sentido para a compreensão de que se algum sujeito se revoltar contra a igreja, automaticamente estará sendo contra também à “palavra de Deus”. Para dar ar de legitimidade e de veracidade ao seu discurso, o pastor lança mão de uma citação, de um discurso direto, da voz religiosa, considerada como a voz da verdade e da razão na tradição cristã.

Logo depois, o pastor afirma que será por meio da fé que o sujeito-questionador tem em Cristo que ele conseguirá combater toda a ação maligna que se encontra em sua casa: “[...] portanto, com a autoridade que você tem em Cristo, use sua fé para, em Nome de Jesus, repreender toda ação maligna em sua casa e família [...]”. A utilização do pronome “você” e das formas nominais “sua fé” e “sua casa e família” contribui para a construção da persuasão no texto, que busca orientar o leitor a agir de determinada maneira. Além disso, o pastor, neste trecho, categoriza de “ação maligna” o fato de o irmão homossexual levar “homens para dormir com ele”, como relata o sujeito-questionador. Esta orientação de sentido pode permitir o desencadear de atos de preconceito e também de discriminação por parte do sujeito-questionador, tendo em vista que, além de categorizar a ação do irmão como uma “ação maligna”, uma “prática pecaminosa”, o pastor afirma também que o sujeito-questionador deve agir com repreensão. Isso mostra como a categorização social tem poder para legitimar determinadas ações e grupos sociais, como nesse caso, em que o pastor legitima a atividade de *repreensão* à ação do irmão homossexual em levar homens para dormir em casa.

Ambos os conselhos aqui analisados, por meio do processo de construção de objetos de discurso e de sua categorização, se configuram como gêneros que orientam sentidos sempre com uma função persuasiva. E as ações sociais que esses gêneros realizam sobre os leitores do jornal são ações que podem despertar práticas ruins. Com as análises, pudemos observar como os gêneros se configuram e se tornam reconhecíveis socialmente. Assim, percebemos que os gêneros, como defende Marcuschi (2004), se prestam às mais variadas formas de controle social e, pelo fato de serem formas de ação, contribuem para a reprodução e produção de sistemas sociais e ideológicos.

Disso, percebemos também o papel da atividade de referenciação para a construção do argumento, já que, a partir da inserção e categori-

zação de objetos de discurso, os argumentos de tais conselhos não sendo delineados, de modo que as verdades defendidas pelo pastor sustentam o ponto de vista religioso. Assim sendo, é importante frisar aqui a importância da construção argumentativa do texto para sustentar verdades, posicionamentos, tendo em vista que, para agirmos sobre os outros, precisamos dotar nossos enunciados de força argumentativa, como bem observa Koch (2010).

Este pensamento toma como certo que os discursos não são espelhos da realidade ou que as verdades são etiquetas do mundo, mas sim, que os discursos diversos que encontramos na sociedade significam a realidade e o mundo (FAIRCLOUGH, 2008); constroem e reconstroem o mundo em significado; constroem e reconstroem verdades, fatos, realidades sociais e que esses discursos têm poder de agir sobre o outro, através da atuação do sujeito que, conforme Marcuschi (2007, p. 141), instaura e diz o mundo: “O sujeito não é apenas enunciativo e sim também social e nesta ação social situada ele instaura e diz o mundo.”.

5. Considerações finais

Após as reflexões aqui fundadas, com base nas análises dos conselhos, podemos constatar que este gênero textual possibilita a criação de espaço para a realização de controle social e de atividades de persuasão, tendo em vista que encontramos a posição do pastor como posição de prestígio, que possivelmente possui a verdade e a razão; que possui as respostas para os questionamentos diversos que venham a surgir. E o processo de referenciação, aqui tido como processo que se compõe discursivamente, contribui significativamente para a orientação de sentido que o gênero pretende; para a configuração argumentativa do texto, pensando aqui que a argumentação, como nos faz compreender Koch (2010), é essência da língua, das práticas de linguagem.

Desse modo, podemos perceber, a partir das análises, que a referência, como defende Koch (2005), possui um caráter multifuncional, em que as formas nominais e os pronomes não apenas fazem referência a algo, mas, dessa referência, contribuem com a manutenção do caráter argumentativo do texto, ainda mais em se tratando textos do domínio discursivo religioso, já que são de natureza constitutivamente argumentativa.

Entendemos, assim, que a ação da religião no processo de argumentação é sempre tida como legítima socialmente, já que seus argumentos são sempre configurados com âncora ao discurso bíblico; discurso esse que, nos últimos anos, tem sido difundido de diferentes formas⁶ na sociedade; por meio de diferentes linguagens, o que aponta para o crescente fortalecimento⁷ que a religião vem tendo neste princípio de século XXI.

Em face disso, a necessidade de estudar o discurso religioso nos parece sempre evidente, ainda que seja uma ação de linguagem já bastante explorada em pesquisas acadêmicas. A religião é uma instituição de poder – político, econômico, social –, e ela, em um país de base cultural cristã como o nosso, tem força para instituir verdades, agir sobre o outro ou até mesmo sobre o regimento político do país, sempre guiada por um propósito, por um objetivo a cumprir, pela reprodução de sua ideologia e

6. Destacamos aqui, por exemplo, o uso do suporte jornal como meio de alcançar grande massa populacional. Dentre os diversos jornais de instituições religiosas hoje circulantes no Brasil, podemos destacar o jornal *Folha Universal*, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), criado em 1992 e que conta com a circulação de 2,5 milhões de exemplares; o jornal aqui tomado como corpus, o *Show da Fé*, da Igreja Internacional da Graça de Deus, criado em 2006 e que conta com a circulação de 1,1 milhão de exemplares; além de inúmeros programas religiosos em diferentes redes de televisão. Além da mídia impressa e televisiva, vale ressaltar também a existência da mídia digital religiosa, com sites específicos das igrejas e também dos jornais. Na categoria da Wikipédia *Jornais religiosos brasileiros* identificamos ainda a listagem de outros quatro jornais, além dos outros dois já aqui citados: http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Jornais_religiosos_do_Brasil.

7. Este fortalecimento pode ser atestado segundo pesquisa realizada pelo Serviço de Evangelização para a América Latina (Sepal), que aponta a estimativa de que no ano de 2020 metade da população brasileira será evangélica.

pela sustentação de seu pensamento, dotando seus discursos, retomando as palavras de Geertz (2008), de áureas de “fatorialidade”.

Acreditamos que isso aparece como ruim na medida em que dê passagem para o desencadeamento e o fortalecimento de preconceitos e de discriminação, tal como constatamos nas análises dos conselhos, em que o pastor R. R. Soares buscou orientar seus leitores para determinadas ações que, de seu ponto de vista, são legítimas, mas que podem orientar o desencadeamento de ações ruins. É irremediavelmente pela linguagem que as orientações de sentidos e ações se dão, na configuração de *fiões argumentativos* que sustentem pontos de vista, posicionamentos, verdades nos mais diferentes tipos de texto; nas mais diferentes *formas de ação social*.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAZERMAN, Charles. A vida do gênero, a vida na sala de aula. In: HOFFNAGEL, Judith; DIONISIO, Angela (org.). *Gênero, agência e escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. Ato de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: HOFFNAGEL, Judith; DIONISIO, Angela (org.). *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2009.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2008.
- FALCONE, Karina. A legitimação e o processo de categorização social. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 16-31, 2011.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KOCH, Ingedore. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. *Investigações*, Recife, v. 21, n. 2, p. 99-114, 2008.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2002.

KOCH, Ingedore; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA* [online], vol. 14, p.00-00, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: _____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 43-62, 2002a.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim. org. *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002b.

_____. O papel da atividade discursiva no exercício do controle social. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 7, p. 7-33, 2004.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 7-22, 2006.

MILLER, Carolyn. Comunidade retórica: a base cultural dos gêneros. In: HOFFNAGEL, Judith; DIONISIO, Angela (org.). *Estudos em gêneros textuais, agência e tecnologia*. Recife: UFPE, 2009.

_____. Gênero como ação social. In: HOFFNAGEL, Judith; DIONISIO, Angela (org.). *Estudos em gêneros textuais, agência e tecnologia*. Recife: UFPE, 2009.